



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. Definição do objeto

Aquisição de material elétrico para atendimento às demandas referentes às Eleições 2026.

#### 2. Fundamentação da Contratação




A contratação pretendida é motivada pela necessidade de atendimento à demanda de materiais elétricos para montagem das infraestruturas para configuração de urnas nos Cartórios Eleitorais e instalação das mesas receptoras de votos e justificativas nos locais de votação no Estado de Santa Catarina.

Os materiais a serem adquiridos devem seguir a padronização vigente e satisfazer as exigências técnicas de qualidade, eficiência, segurança e durabilidade, com atendimento às normas pertinentes à sua fabricação e comercialização.

Espera-se, assim, a satisfação das respectivas demandas com qualidade adequada e em tempo razoável, com vistas à continuidade dos serviços públicos prestados.


#### 3. Descrição da solução

Trata-se de materiais que seguem as características de outros já adquiridos anteriormente pelo Tribunal para utilização pelos cartórios eleitorais nas montagens de infraestrutura para configurações de urnas eletrônicas e nas adequações necessárias à instalação das mesas receptoras de votos e justificativas, nos diversos locais de votação do Estado de Santa Catarina.

Item	Descrição		Quantidade (unidade)
1		Filtro de linha em cabo PP, com 10 (dez) Tomadas Otimizadas com tomadas padrão NBR 14136 2P+T (tipo N), 10 A, 250 V, confeccionada em material plástico. Layout das tomadas disposto de forma otimizada (ex: em ângulo 45°, diagonal ou espaçamento ampliado) para permitir o uso simultâneo de plugs volumosos ou em L (90°) sem bloquear as entradas vizinhas. Cabo de alimentação com no mínimo 1 metro de comprimento. Certificação obrigatória do Inmetro.	600
2		Adaptador reverso 2P redondos para 2P chatos (o o para I I), 15 A.	500
3		Extensão elétrica para urna eletrônica cabo PP, 1 plugue macho com 2 pinos, 10 A, com 5 metros.	550



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4		Extensão elétrica para urna eletrônica cabo PP, 1 plugue macho com 2 pinos, 10 A, com <b>10 metros</b> .	350
---	---	--	-----

### 3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar está juntado aos autos do PAE n. 7.920/2026.

### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Item	Descrição	Modelo	Marca
1	Filtro de linha em cabo PP, com 10 (dez) Tomadas Otimizadas com tomadas padrão NBR 14136 2P+T (tipo N), 10 A, 250 V, confeccionada em material plástico. Layout das tomadas disposto de forma otimizada (ex: em ângulo 45°, diagonal ou espaçamento ampliado) para permitir o uso simultâneo de plugs volumosos ou em L (90°) sem bloquear as entradas vizinhas. Cabo de alimentação com no mínimo 1 metro de comprimento. Certificação obrigatória do Inmetro.	QFL10B ou QFL10P	QUALITRONIX
2	Adaptador reverso 2P redondos para 2P chatos (o o para II), 15 A.	DN 1637	DANEVA
3	Extensão elétrica para urna eletrônica cabo PP, 1 plugue macho com 2 pinos, 10 A, com <b>5 metros</b> .	5M	CLICK CABOS
4	Extensão elétrica para urna eletrônica cabo PP, 1 plugue macho com 2 pinos, 10 A, com <b>10 metros</b> .	10M	CLICK CABOS

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

### 3.3. Códigos SIASG

Item 1: 367079;  
Item 2: 400034;  
Item 3: 329185;  
Item 4: 292742.

## 4. Requisitos da contratação

Considerando a aquisição dos produtos descritos, conforme especificações abaixo, o atendimento aos requisitos da contratação está relacionado especialmente à qualidade material do produto, sua eficiência,



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

segurança e durabilidade, bem como ao atendimento às normas pertinentes à sua fabricação e comercialização.

A aquisição dos materiais listados procura viabilizar a execução imediata das demandas mencionadas, sendo importante o atendimento aos requisitos técnicos especificados pelo contratante, baseado nos produtos disponíveis no mercado, bem como o atendimento do prazo de 20 (vinte) dias para entrega dos materiais.

Item	Descrição
1	Filtro de linha em cabo PP, com 10 (dez) Tomadas Otimizadas com tomadas padrão NBR 14136 2P+T (tipo N), 10 A, 250 V, confeccionada em material plástico. Layout das tomadas disposto de forma otimizada (ex: em ângulo 45°, diagonal ou espaçamento ampliado) para permitir o uso simultâneo de plugs volumosos ou em L (90°) sem bloquear as entradas vizinhas. Cabo de alimentação com no mínimo 1 metro de comprimento. Certificação obrigatória do Inmetro.
2	Adaptador reverso 2P redondos para 2P chatos (o o para I I), 15 A.
3	Extensão elétrica para urna eletrônica cabo PP, 1 plugue macho com 2 pinos, 10bA, com <b>5 metros</b> .
4	Extensão elétrica para urna eletrônica cabo PP, 1 plugue macho com 2 pinos, 10 A, com <b>10 metros</b> .

Os materiais adquiridos por meio da aquisição objeto do presente estudo devem seguir os ditames de normas técnicas ABNT NBR 14136, ABNT NBR 16008 e Portaria n. 355 de 2011 do Inmetro.

### 5. Modelo de execução do objeto

O Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato, receberá o material conferindo as especificações descritas na nota de empenho. Após, todas as peças serão testadas e, se constatada qualquer irregularidade, a Contratada deverá efetuar a substituição.

A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações procederá: ao encaminhamento da nota de empenho à parte contratada; à publicação da nota de empenho no *síte* do TRE-SC; à informação à unidade demandante, do Gestor da Contratação, conforme subitem 6.2, e demais partes interessadas; à anotação do termo final para entrega do objeto; ao registro dos dados da contratação em bancos de dados próprios; e ao registro das providências adotadas no PAE que originou a contratação.

#### 5.1. Prazos

O prazo de entrega dos itens constantes na aquisição deve ser de, no máximo, **20 (vinte) dias** contados do recebimento da respectiva nota de empenho.

Constatado defeito do material após o seu recebimento provisório, a Contratada deverá efetuar a substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias, arcando com todas despesas.

#### 5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os materiais deverão ser entregues no edifício Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Rua Esteves Júnior, n. 80, Centro, Florianópolis/SC, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

Caberá ao servidor titular da função de Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo do material.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 5.3. Recebimento provisório e definitivo

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

### 5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

### 5.5. Garantia do objeto

Prazo de garantia de, no mínimo, 12 meses (1 ano) fornecido pelo fabricante.

Após o recebimento definitivo, se constatado defeito nos produtos dentro do período de garantia, será acionado o respectivo fornecedor para a substituição do lote/produto avariado junto ao fabricante.

### 5.6. Vigência da contratação

A contratação terá vigência a partir da emissão da nota de empenho até o recebimento definitivo do objeto.

### 5.7. Obrigações do Contratante

- a) efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante;
- b) promover a gestão e a fiscalização da contratação por meio do Gestor de que trata o subitem 6.2, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

### 5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.8.2. fornecer os produtos no prazo e demais condições estipuladas na proposta no prazo 20 (vinte) dias contado do recebimento da respectiva nota de empenho;
- 5.8.3. entregar os produtos no Edifício Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Rua Esteves Junior, n. 80, Centro, Florianópolis/SC, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- 5.8.4. após recebidos, os materiais serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a Contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias após ser notificada pela Gestão da Contratação;
- 5.8.5. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição dos produtos de que trata o subitem anterior não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- 5.8.6. em caso de substituição de produto, conforme previsto anteriormente, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;
- 5.8.7. apresentar a garantia do fabricante com, no mínimo, 12 meses (1 ano) de vigência após o recebimento definitivo dos produtos;
- 5.8.8. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.9. não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame.

### **5.9. Transferência de conhecimento**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.10. Direitos autorais**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução**

Não se aplica a esta contratação.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6.1. Gestão do contrato**

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;
- g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;
- i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

### 6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;
- f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

## 6.2. Gestão e fiscalização

As atividades de gestão e fiscalização serão exercidas pelo servidor titular da Seção de Manutenção Predial ou seu substituto, com o apoio, no que se refere à fiscalização administrativa, da Seção de Preparação de



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pagamentos e Análise Tributária – COFC e da Seção de Gerenciamento de Contratações – CC, ambas da Secretaria de Administração e Orçamento.

### **6.3. Instrumentos Formais**

A contratação será formalizada por meio de nota de empenho.

### **6.4. Acompanhamento do Contrato**

O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos nos termos do subitem 6.2, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

### **6.5. Alocação de riscos**

Não se aplica a esta contratação.

## **7. Critérios de medição e de pagamento**

Não se aplica a esta contratação.

## **8. Reajuste ou repactuação**

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

## **9. Forma e critérios de seleção do fornecedor**

### **9.1. Parcelamento e adjudicação**

A adjudicação deverá ser por item, dado que o parcelamento mostra-se técnica e economicamente viável.

### **9.2. Seleção do fornecedor**

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

#### **9.2.1. Critérios de habilitação**

Em relação à **Qualificação Técnica**, e em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, não há requisitos específicos.

#### **9.2.2. Critérios de preferência e de desempate**

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

#### **9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento**

Os objetos pretendidos são bens comuns, oferecidos por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 10. Estimativas do valor da contratação

Item	Descrição	Demanda Prevista	Preço Unitário (R\$)	Custo total (R\$)
1	Filtro de linha em cabo PP, com 10 (dez) Tomadas Otimizadas com tomadas padrão NBR 14136 2P+T (tipo N), 10 A, 250 V, confeccionada em material plástico. Layout das tomadas disposto de forma otimizada (ex: em ângulo 45°, diagonal ou espaçamento ampliado) para permitir o uso simultâneo de plugs volumosos ou em L (90°) sem bloquear as entradas vizinhas. Cabo de alimentação com no mínimo 1 metro de comprimento. Certificação obrigatória do Inmetro.	600	38,64	23.184,00
2	Adaptador reverso 2P redondos para 2P chatos (o o para I I), 15 A.	500	8,07	4.035,00
3	Extensão elétrica para urna eletrônica cabo PP, 1 plugue macho com 2 pinos, 10 A, com <b>5 metros</b> .	550	28,00	15.400,00
4	Extensão elétrica para urna eletrônica cabo PP, 1 plugue macho com 2 pinos, 10 A, com <b>10 metros</b> .	350	33,00	11.550,00
<b>TOTAL</b>				<b>54.169,00</b>

### 11. Alinhamento da contratação

#### 11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo V.

Item 31 - Material Elétrico (Eleições).

#### 11.2. Plano de Logística Sustentável

Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:

- racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- racionalização / economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- reciclagem / destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- descarte adequado, da forma ecologicamente correta e em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes, de materiais tóxicos.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para preservação de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação de serviços.

#### 11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1 a 4	02.122.0033.20GP.0042	33.90.30	R\$ 54.169,00

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a Contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do objeto;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.




# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Orçamentos

**KaBuM!** Enviar para: Digite o CEP Busque no KaBuM! [Entre ou cadastre-se](#)

[Departamentos](#) [Cupons](#) [Mais Vendidos](#) [Hardware](#) [PC Gamer](#) [Computadores](#) [Periféricos](#) [TV](#) [Seja Prime](#) [Venda no KaBuM!](#) [Blog KaBuM!](#) [Monte seu PC comp](#)

Você está em: Energia > Protetor Eletrônico > Filtro de Linha > **Código 296575**



**Filtro De Linha Qualitronix 10 Tomadas, Bivolt, Preto**

Vendido e entregue por: **ELB ES LTDA**

★★★★★ (2)

**R\$ 38,64**

À vista no PIX com 10% de desconto

R\$ 42,93 em até 1x de R\$ 38,64 sem juros ou 1x com 10% de desconto no cartão

Ver mais opções de pagamento e parcelamento

Em estoque

[Comprar](#) [Adicionar ao carrinho](#)

**CONSULTE FRETE**

Inserir CEP\*


Não lembro meu CEP

**LOJA ELB ES LTDA**

**amazon.com.br** A entrega será feita em Bela Vista 01319900 [Atualizar CEP](#) Todos Pesquisar Amazon.com.br [Olá, faça seu login Contas e Listas](#)

[Todos](#) [Venda na Amazon](#) [Chega em 15 min](#) [Ofertas do Dia](#) [Mais Vendidos](#) [Games](#) [Livros](#) [Música](#) [Casa](#) [Eletrônicos](#) [Brinquedos e Jogos](#) **Aproveite o**

Ferramentas e Materiais de Construção > Elétrica



**DANEVA - ADAPTADOR REVERSO 2P 15A/250V BRANCO - DN1637**

Marca: Daneva

3,6 ★★★★★ (4)

**R\$ 8,07**

[Ver opções de pagamento](#)

Faça login para resgatar: **R\$20 off**. Insira o código COMPRANOAPP na finalização da compra. Válido na sua primeira compra na Amazon, pelo App [Termos](#)

Faça login para resgatar: **Exclusivo Prime: Economize R\$20** em pedidos R\$50+ cupom: BOOKPRIME. Válido na primeira compra para quem tem Prime Video [Termos](#)

[Pagamentos e Segurança](#) [Política de devolução](#)

Marca	Daneva
Cor	Branco
Tensão	115,22 Volts

**R\$ 8,07**

Entrega R\$ 7,06 Quinta-feira, 14 de Maio. [Ver detalhes](#)

Ou entrega mais rápida: Amanhã, 13 de Maio. [Ver detalhes](#)

Entregando em Bela Vista, 01319900. Atualizar local

Em estoque

Quantidade: 1

[Adicionar ao carrinho](#) [Comprar agora](#)

Enviado / Vendido: Eletrônica Santana ★★★★★

Devolução: Elegível para [Prime](#)



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Enviar para Marcus  
Rua Esteves Júnior 68

Categorias ▼ Ofertas Cupons Supermercado Moda Mercado Play GRÁTIS Vender Contato

Você também pode estar interessado: extensao eletrica 3 metros - extensao eletrica 5m - veja o clipe - filtro de linha - extensao eletrica

Mais opções que podem te interessar

Extensão Elétrica 3 Metros Fio Grosso 3 Tomada 3 Pino Cor Branco 127/220v

R\$ 19

Frete grátis ⚡ FULL

Extensão Elétrica 5 Metros 10a Cabo Pp 2x2,5 Reforçada Cor Preto Click Cabo...

R\$ 39<sup>06</sup>

Frete grátis

Construção > Energia > Cabos e Acessórios > Filtros de Linha

Novo | +5mil vendidos

**MAIS VENDIDO** 4º em Filtros de Linha

**Extensão Elétrica 5 Metros 10a Cabo Pp Reforçada Cor Preto Click Cabos**

4.7 ★★★★★ (15599)

R\$ 56

**R\$ 28** 50% OFF

[Ver os meios de pagamento](#)

Cor: Preto

Comprimento do cabo: 5 m



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Enviar para Marcus  
Rua Esteves Júnior 68

Categorias Ofertas Cupons Supermercado Moda **GRÁTIS** Mercado Play Vender Contato

Você também pode estar interessado: extensão elétrica 30 metros - extensão elétrica 3 metros - veja o clipe - extensão tomada

Mais opções que podem te interessar

Extensão Elétrica 5 Metros 10a Cabo Pp 2x2,5 Reforçada Preto 127/220v

R\$ 39,06  
**R\$ 35<sup>15</sup>** 10% OFF

Frete grátis

Extensão Elétrica 5 Metros 10a Cabo Pp 2x2,5 Reforçada Cor Preto Click Cabo...

R\$ 39<sup>06</sup>

Frete grátis

[Voltar](#) | [Construção](#) > [Energia](#) > [Cabos e Acessórios](#) > [Filtros de Linha](#) > [Extensão Elétrica](#)

Novo | +10mil vendidos

**MAIS VENDIDO** 1º em [Filtros de Linha Click Cabos](#)

**Extensão Elétrica 10 Metros 10a Cabo Pp 2x1,0 Reforçada Cor Preto Click Cabos**

4.7 ★★★★★ (15599)

R\$ 66  
**R\$ 33** 50% OFF

[Ver os meios de pagamento](#)

Cor: Preto

Comprimento do cabo: 10 m